



**PREFEITURA  
ALTO GARÇAS - MT  
TEMPO DE CRESCER  
Gestão 2021-2024**



**PARECER JURÍDICO**

**Processo Licitatório nº 096/2021**

**Modalidade Dispensa de Licitação  
017/2021**

***Assunto: Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços Técnico no Setor de Tributação a fim de Subsidiar os Trabalhos de Gestão e Aprimoramento da Arrecadação de Tributos Próprios.***

**EMENTA: LICITAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO.**  
Inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93. Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços Técnico no Setor de Tributação a fim de Subsidiar os Trabalhos de Gestão e Aprimoramento da Arrecadação de Tributos Próprios.

**I - Relatório**

Vem ao exame dessa Assessoria Jurídica, na forma do art. 38, VI e parágrafo único da Lei 8.666/93, o presente processo administrativo, que visa à contratação da empresa para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Tributos para o aprimoramento da normatização tributária municipal bem a modernização e adequação dos procedimentos tributários municipais são de fundamental importância para o incremento de novas receitas para a fazenda pública municipal, conforme constante na Justificativa da contratação.

Consta dos autos: Solicitação de Materiais e /ou Execução de Obras/Serviços (fls. 01); Justificativa (fls. 02); Termo de Referência (fls. 03-10); Propostas de Preços (fls. 11 - 13); CNPJ (fls. 14); Alvará de Funcionamento (fls. 15); Certidão Negativa de Tributos Federais (fls. 16); Certidão Negativa de Débitos Estadual (fls. 17); Certidão Negativa de Débitos Municipais (fls. 18) e Certificado de Regularidade do FGTS (fls. 19); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (fls. 20); Contrato Social (fls. 21-26); Cópia de Documentos Pessoais (fls. 27-28); Solicitação de Parecer Contábil (fls. 29); Parecer Contábil (fls. 30); Solicitação de Abertura de Licitação (fls. 31); Autorização para a Abertura de Processo Administrativo de



*GJ*



Licitação (fls. 32) e Solicitação da Comissão Permanente de Licitação de Parecer Jurídico (fls. 33).

Este é, em síntese, o relatório.

## II - Fundamentação

Sabe-se que o Parecer Jurídico em Processos Licitatórios cumpre a função de análise à legalidade do procedimento, bem como os pressupostos formais da contratação, ou seja, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o sistema jurídico vigente. Desta forma, a conveniência da realização de determinada contratação fica a cargo do Gestor Público, ordenador das despesas.

A Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública:

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, a chamada "**Lei das Licitações**", foi publicada com o objetivo de regulamentar o citado dispositivo constitucional, e criar padrões e procedimentos para reger a contratação pela Administração.

A obrigatoriedade da realização do procedimento licitatório é um corolário do princípio constitucional da isonomia, previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 5º, I), pelo qual, todos devem receber tratamento igual pelo Estado. Evita-se, desse modo que os parceiros sejam escolhidos por critérios de amizade pessoal e outros interesses que não o da consecução da finalidade pública. Assim, o objeto imediato e próprio da licitação é evitar a ocorrência do arbítrio e do favoritismo. Segundo o constitucionalista Alexandre de Moraes, "**a licitação representa, portanto, a oportunidade de atendimento ao interesse público, pelos particulares, numa situação de igualdade**".

Sempre que haja possibilidade de concorrência, sem prejuízo ao interesse público, deverá haver licitação. A contratação direta, sem realização do prévio certame licitatório, somente é admitida excepcionalmente, nas hipóteses







**PREFEITURA  
ALTO GARÇAS - MT  
TEMPO DE CRESCER  
Gestão 2021-2024**



trazidas na própria lei. Tais situações, contudo, configuram-se em exceções à regra geral. A licitação é regra; a contratação direta, exceção.

Para contratação de serviços, inclusive de publicidade, é prevista a obrigatoriedade da realização do certame licitatório, de acordo com o artigo 2º:

**Art. 2º. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.**

Assim, retiradas as hipóteses de excepcionalidade, é obrigatória a realização do procedimento licitatório pela Administração Pública.

Em que pese à obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O artigo 24, da Lei 8.666/93 elenca os possíveis casos de dispensa.

Tendo em vista o valor da contratação, o responsável pelas Licitações, Compras e Contratos sugere que a aquisição se dê por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

A licitação dispensada, ensina Hely Lopes Meirelles, **"é aquela que a própria lei declarou-a como tal"**. José Santos Carvalho Filho acrescenta que esta se caracteriza pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não tornar obrigatório.

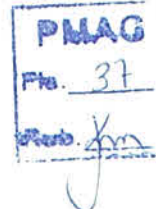
Cabe aqui certa discricionariedade do agente administrativo, já que a licitação não é proibida. Entretanto, este deve levar em conta que a realização do certame deve também ser vantajosa para a Administração e respeitar o princípio da economicidade.

A Lei no 8.666/93, ao instituir as normas para licitações e contratos da Administração Pública, autorizou a dispensa de licitação em várias hipóteses, ainda





**PREFEITURA  
ALTO GARÇAS - MT  
TEMPO DE CRESCER  
Gestão 2021-2024**



que possível a competição. São circunstâncias peculiares que aconselham a contratação direta, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei.

*Art. 24. É dispensável a licitação:*

***II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;***

Nesse caso, portanto, o legislador entendeu que, em função do pequeno valor financeiro envolvido, não se justificaria a realização de um procedimento licitatório pela Administração.

Depreende-se, pois, que, nessa hipótese, em razão do pequeno valor envolvido, a legislação autoriza que se reduzam as formalidades prévias às contratações pela Administração pública.

Diante de todo o exposto, o dispositivo legal citado excepciona a regra de exigência de licitação para serviços de até 10% do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo 23 da Lei 8.666/93 (R\$80.000,00 - 10% = R\$8.000,00), desde que se refiram a parcelas de uma mesma compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Noutro giro, com a edição do **Decreto Federal n.º 9.412, de 18/6/18**, os valores estabelecidos no artigo 23 da Lei Federal de Licitações 8.666/93, referente à definição das modalidades de licitação, foram atualizados, conforme trazemos em colação:

*Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*I - para obras e serviços de engenharia:*

- a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);*
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*

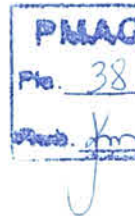
*II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:*







**PREFEITURA  
ALTO GARÇAS - MT  
TEMPO DE CRESCER  
Gestão 2021-2024**



- a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Conforme demonstrado, o valor a ser pago pelo total dos serviços (menor orçamento) é de **R\$ 17.520,00 (dezessete mil, quinhentos e vinte reais)**, ou seja, valor este que se mostra compatível com o limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo 23 da Lei 8.666/93, atualizada pelo Decreto Federal n.º 9.412, de 18/6/18.

Deve-se, todavia, esclarecer que para ser possível a contratação direta por dispensa de licitação no presente caso, substancial restar comprovado que a proposta ofertada é a mais vantajosa para a administração. E, a demonstração de que o valor contratado é equivalente ao praticado no mercado.

Como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequação restar comprovada nos autos, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública.

Desta forma, o gestor deve demonstrar o cumprimento dos princípios atinentes à licitação, principalmente os da impessoalidade, moralidade, probidade e julgamento objetivo, além das exigências gerais previstas na Lei no 8.666/93, tais como a comprovação da regularidade da empresa a ser contratada, demonstração de que o valor contratado é equivalente ao praticado no mercado e a motivação da decisão da Administração Pública.

Ressalta-se que no presente caso, trata-se de contratação de empresa para a prestação de serviços especializados de assessoria técnica e consultoria especificamente na área tributária, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Finanças, afim de suprir as necessidades do Setor de Tributos.

Embora, recentemente ocorreu a contratações de serviços de consultorias Processo nº 090/2021 – Dispensa nº 016/2021 e Processo nº 088/2021 – Dispensa nº 016/2021, tratam-se de objetos diferentes conforme vejamos:

O Processo nº 090/2021, tem como objeto da licitação: Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria Administrativa na Compras, Licitações e Contratos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Administração.

Prefeitura Municipal de Alto Garças  
Rua Dom Aquino nº 346 Centro - Alto Garças / MT  
CEP: 78.770-000  
CNPJ: 03.133.097/0001-07  
Fone: (66) 3471-1155

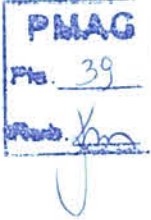


*Handwritten signature*





PREFEITURA  
ALTO GARÇAS - MT  
TEMPO DE CRESCER  
Gestão 2021-2024



Já o Processo nº 088/2021, tem como objeto da licitação: Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria Contábil Aplicada ao Setor Público, para atender a Demanda da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento.

Dispõe o § 5º do art. 23, da Lei n. 8.666/93, com a redação dada pela Lei n. 8.883/94, que:

*"É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda **para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente**, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço". - grifei.*

Anote-se, de início, que embora o parágrafo fale em "obra ou serviço", entendido este como de engenharia, a regra se impõe igualmente para a aquisição de bens e a execução de serviços de outra natureza.

Da mesma forma, aplica-se o preceito aos casos de dispensa de licitação e da relação entre convite e tomada de preços. A lei veda o parcelamento para fugir da modalidade convite, dispensando-se a licitação pelo valor inferior ao exigido para essa modalidade, assim como quando se procede a convites como forma de evitar a tomada de preços. Isto se infere da redação da parte final dos incisos I e II do art. 24, que repete a condição de "que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente" (inciso I) e "desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez" (inciso II).

Também de se observar que a redação da parte final do dispositivo abre exceção à regra, para admitir o fracionamento para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço. Ou seja, tratando-se de parte do serviço que exija uma especialidade diversa do todo não há o dever de somatório.

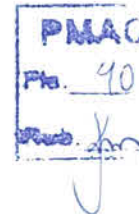
O § 5º do art. 23, sob comento, trata do fracionamento de despesas caracterizado pela adoção de modalidade de licitação mais simples quando exigível modalidade mais complexa, mediante expedientes como a redução de quantitativos para que o valor fique dentro dos limites da modalidade de menor exigência, repetindo-se o procedimento em curto espaço de tempo.



B



**PREFEITURA  
ALTO GARÇAS - MT  
TEMPO DE CRESCER  
Gestão 2021-2024**



O texto legal destaca-se os requisitos referentes ao **local da realização dos serviços** e a possibilidade de serem realizados **conjunta e concomitantemente**.

Mesmo local, ensina Marcelo Palavéri, "tem significado físico, de modo a somente poderem ser somadas as obras e **serviços realizados no mesmo próprio público**" (Licitações Públicas, Editora Fórum, 2009, p. 326) – grifei.

**Possibilidade de serem executados conjunta e concomitantemente**, continua o autor, "quer dizer que o objeto precisa ser passível de se realizar ao mesmo tempo ou sequencialmente, sendo de se entender que **qualquer evento técnico, financeiro, administrativo ou orçamentário impeditivo dessa somatória será suficiente para considerar o objeto separadamente**" (ob. cit, p. 327). – grifei.

Assim, não são objetos idênticos ou de mesma natureza, pois se trata de especialidade para atender a demanda do Setor de Tributos.

Assim, entende não ser compras diretas efetuadas ser meio de fragmentação da despesa, com aquisições sistemática de serviços da mesma natureza em processos distintos.

Por fim, interessante e prudente que conste do contrato, que será celebrado, que ambas as partes – contratante e contratada - devem cumprir e respeitar, durante toda a vigência do contrato, o que dispõe no § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.

### **III - Conclusão**

Uma vez adotadas as providências assinaladas e se abstendo da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade mencionados acima, é o parecer meramente opinativo pela formalização do processo de contratação direta, nos termos do artigo 24, II, da Lei no 8.666/93.

É o parecer, s.m.j.

Alto Garças/MT, 06 de agosto de 2021.

  
**GISLAINE SARA MOREIRA MORAES MARTINS**

**OAB/MT 7.062**

Prefeitura Municipal de Alto Garças  
Rua Dom Aquino nº 346 Centro - Alto Garças / MT  
CEP: 78.770-000  
CNPJ: 03.133.097/0001-07  
Fone: (66) 3471-1155

